



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006447-16.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Gabriel Rodrigues da Silva**
 Impetrado: **Diretora da 26ª Ciretran de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a renovação da habilitação, sem que tivessem sido esgotadas todas as instâncias administrativas para discussão do ato que determinou a suspensão de sua CNH e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi indeferida (fls. 65/66). Desta decisão o impetrante interpôs Agravo de Instrumento (fls. 72), que está pendente de julgamento.

O Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN requereu sua admissão na lide como assistente litisconsorcial (fls. 97).

Seguiram-se as informações (fls. 100/102) que vieram acompanhadas de documentos (fls. 103/106).

O Ministério Público declinou de funcionar no feito (fls. 115). O Departamento Estadual de Trânsito- DETRAN foi admitido no feito como assistente litisconsorcial (fls. 116).

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

Primeiramente, admito o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN como assistente litisconsorcial, conforme requerido às fls. 97.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A situação enfocada nesta lide não permite seja concedida a segurança pleiteada.

Conforme se verifica dos autos, alega o impetrante que não se esgotou a via administrativa para discussão da regularidade da medida de suspensão de seu direito de dirigir, com a consequente cassação da permissão.

Contudo, não se pode olvidar que, no caso, como o impetrante possui apenas PERMISSÃO, não se aplica a mesma regra que a aplicada para a renovação de Carteira Nacional de Habilitação, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.

§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.

§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação.

Neste sentido é o entendimento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

“MANDADO DE SEGURANÇA OBTENÇÃO CNH DEFINITIVA Pretensão de portador de Permissão para dirigir veículos automotores obter a Carteira Nacional de Habilitação definitiva. Prática de infração de trânsito. Pendência de recurso administrativo contra infração de trânsito. Aplicação do art. 148, §3º e §4º, do CTB. Inexistência de direito líquido e certo - Precedentes deste Egrégio Tribunal - Reexame necessário considerado interposto e recurso voluntário provido.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(TJSP, 5ª Câmara de Direito Público, Ap. 0006185-17.2011.8.26.0019, Rel. Maria Laura Tavares, julg. 17/9/12, reg. 24/9/12).

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

Assim, para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

Comunique-se à Superior Instância o teor desta sentença, pela internet, em vista do Agravo de Instrumento interposto pelo Impetrante.

P.R.I.C.

São Carlos, 13 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**